



**LEI N.º 2.713, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.**

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS – MG PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, ALTERA A LEI N.º 2.696/19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Povo do município de Canápolis, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, Prefeito Municipal em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica aprovado o Orçamento Programa Geral do município de Canápolis, Estado de Minas Gerais, para o exercício financeiro de 2020 discriminado pelos anexos desta Lei e que estima a receita em R\$ 44.000.000,00 (Quarenta e quatro milhões de reais) e fixa a despesa em igual valor.

**Art. 2º.** A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas na forma da legislação em vigor, observando-se o seguinte desdobramento:

<b>DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA</b>	<b>VALOR</b>
	<b>RS</b>
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>46.915.000,00</b>
Receita Tributária	3.249.500,00
Receita de Contribuições	1.100.000,00
Receita Patrimonial	211.009,00
Receita de Serviços	3.191,00
Transferências Correntes	42.191.300,00
Outras Receitas Correntes	160.000,00
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.385.000,00</b>
Operações de Crédito	00,00
Alienação de Bens	250.000,00
Transferências de Capital	3.135.000,00
<b>9. DEDUÇÃO NA RECEITA P/ FUNDEB</b>	<b>-6.300.000,00</b>
Dedução na Receita p/ FUNDEB	-6.300.000,00
<b>TOTAL DA RECEITA ESTIMADA</b>	<b>44.000.000,00</b>



**Art. 3º.** A Despesa será realizada de acordo com a programação estabelecida nos quadros anexos, distribuídos por Órgãos e Unidades Orçamentárias e, ainda, por Funções, Subfunções e Programas, conforme o seguinte desdobramento:

**I - POR ORGÃOS EM R\$**

<b>1 - CÂMARA MUNICIPAL</b>	2.250.000,00
<b>2 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	
Secretaria Municipal de Governo	646.000,00
Procuradoria Geral do Município	668.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação	131.000,00
Secretaria Municipal de Fazenda	1.016.000,00
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos	5.940.391,00
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	10.854.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	10.429.193,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	7.598.416,00
Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	1.820.000,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	1.857.000,00
Coordenadoria de Compras e Licitações	133.000,00
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	567.000,00
Controladoria Interna	70.000,00
<b>TOTAL GERAL EM R\$</b>	<b>44.000.000,00</b>

**II - POR FUNÇÕES DE GOVERNO EM R\$**

01 - Legislativa	2.250.000,00
03 - Essencial a Justiça	668.000,00
04 - Administração	10.207.241,00
08 - Assistência Social	1.109.000,00
10 - Saúde	10.429.193,00
12 - Educação	9.590.000,00
13 - Cultura	1.036.000,00



15 – Urbanismo	5.188.416,00
17 – Saneamento	600.000,00
18 – Gestão Ambiental	840.000,00
20 – Agricultura	830.000,00
27 – Desporto e Lazer	567.000,00
28 – Encargos Especiais	270.000,00
99 – Reserva de Contingência	405.150,00
<b>Total em R\$</b>	

**Art. 4º.** A Lei Orçamentária para o exercício de 2020, incluindo os seus anexos, é compatível com a programação do Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o período e, ainda, com as normas da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 5º.** É parte integrante da presente Lei quadro discriminativo da Receita em termos de estimativa, bem como o quadro contendo a previsão da receita e metodologia de cálculo, em cumprimento ao disposto no §6º do artigo 165 da Constituição Federal e inciso II do artigo 5º da Lei Complementar 101/00.

**Art. 6º.** Para a liberação das verbas constantes das dotações orçamentárias destinadas às transferências voluntárias e à transferência de recursos públicos ao setor privado, constantes da presente lei, o poder executivo municipal deverá regulamentar os procedimentos necessários para fins de cumprimento e adequação do disposto nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar 101/00.

**Art. 7º.** Durante a execução orçamentária, fica o Município de Canápolis autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada nesta Lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, podendo para tanto:

I – Anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias do presente orçamento;

II – Utilizar o “excesso de arrecadação” como recurso à abertura de créditos adicionais;



III – Utilizar o “superávit” financeiro, apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, como recurso à abertura de créditos adicionais;

IV – Utilizar recursos resultantes de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite o Poder Executivo realizá-las;

V – alterar recursos orçamentários de uma Fonte de Recurso para outra, dentro de uma mesma Dotação Orçamentária, sem onerar o limite disposto no caput deste artigo;

VI – criar novas Fontes de Recursos junto às dotações do presente orçamento, sem alterar o valor do crédito orçamentário.

**Art. 8º.** Os recursos que em decorrência de veto ou emenda a esta lei, ficarem sem despesas correspondentes, serão transferidos à reserva de contingência para se estabelecer o equilíbrio orçamentário e serão utilizados como fonte de recursos para créditos suplementares.

**Art. 9º.** Fica o Poder Executivo do Município de Canápolis autorizado a:

I – Realizar operação de crédito por antecipação da receita, mediante contrato, observado o limite estabelecido em resolução do Senado Federal;

II – Realizar operação de crédito até o valor das despesas de capital.

**Art. 10.** Até 30 (trinta) dias após a publicação desta lei, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Complementar Federal 101, de 04 de Maio de 2000, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

**Art. 11.** Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta lei, o montante previsto para receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos no art. 49 da Lei Municipal nº 2.696/2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2.020.

**Art. 12.** O inciso II, do artigo 12, da Lei Municipal n.º 2696/19, passa a ter a seguinte redação:



“Art. 12:

(...)

*II – abrir créditos suplementares às dotações do presente orçamento, até o limite máximo de 25 % (vinte cinco por cento) da despesa fixada;*

(...)”

**Art. 13.** Integram a presente Lei os anexos instituídos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e pelas demais legislações em vigor.

**Art. 14.** Esta lei entrará em vigor na data de 01 de janeiro de 2.020.

Prefeitura Municipal de Canápolis – MG, 17 de dezembro de 2019.

**UALISSON CARVALHO SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**PREVISÃO DA RECEITA E METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
(Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/00)

TIPO DE RECEITA	COMPONENTES GENÉRICOS	COMPONENTES ESPECÍFICOS
IPTU	Previsão de inflação. Média de Arrecadação dos últimos quatro exercícios.	Aumento da base contributiva em razão do crescimento da cidade.
IRRF	Média de Arrecadação dos últimos exercícios.	Aumento salarial dos servidores e prestadores de serviço que eleva a base de cálculo.
ITBI INTERVIVOS	Valor venal dos imóveis – pesquisa de mercado ou planta genérica de valores.	
ISS	Previsão de inflação e previsão de crescimento econômico.	Campanha de conscientização junto ao comércio local.
TAXA PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	Previsão de inflação e previsão de crescimento econômico.	Campanha de conscientização junto ao comércio local, no que diz respeito a Taxa de Licença para funcionamento de Estabelecimentos comerciais.
TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Custo despendido na Prestação de serviços aos cidadãos.	Aumento da base contributiva, em função do crescimento da cidade.
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	Previsão com base nas alíquotas da Tarifa de Iluminação Pública.	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
RECEITA DE SERVIÇOS	Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
FPM – FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	Previsão de inflação, previsão de crescimento econômico, previsão da União referente ao IPI e IR.	
ITR	Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
TRANSFERÊNCIAS DE ICMS – LC 87/96 (LEI KANDIR)	Previsão com base no disposto no anexo à Lei Complementar 87/96	



FUNDO ESPECIAL		Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
TRANSFERÊNCIAS ICMS	DO	Previsão de inflação, previsão de crescimento econômico, previsão do Estado referente ao ICMS e cálculo do VAF (Valor Adicionado Fiscal)	
TRANSFERÊNCIAS IPVA	DO	Previsão do Estado com base em pesquisa do valor venal dos veículos automotores.	Aumento da Frota de veículos no município.
IPI EXPORTADOS		Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
SALÁRIO EDUCAÇÃO		Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
COTA-PARTE DA CIDE		Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
TRANSFERÊNCIAS RECURSOS DO FUNDEF	DE	Previsão com base no número de alunos matriculados no ensino fundamental (Censo Nacional da Educação), referente ao exercício em curso, multiplicado pelo valor apurado para cada Estado, calculado em razão do total do FUNDEF e de alunos do Estado (per capita).	Aumento do número de alunos no ensino fundamental, matriculados na rede municipal de ensino.
TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIOS CUSTEIO	DE PARA	Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
MULTAS E JUROS DE MORA	DE	Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
INDENIZAÇÕES		Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
RESTITUIÇÕES		Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	Negociação individualizada com os contribuintes, visando a regularização da dívida ativa.
RECEITAS DIVERSAS		Previsão com base no comportamento histórico da arrecadação	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		Previsão de ingresso de recursos por meio de	



		contratação de empréstimos, desde que obedecidas às limitações previstas na Lei Complementar 101/00, em particular quanto à não superação do montante das despesas de capital.
TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIOS	DE	Previsão de receita com base nos convênios em andamento.